



## **ATA Nº 005/2007 DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR DE FORTALEZA – COMHAP**

1 Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, foi realizada  
2 na Caixa Econômica Federal, Avenida Santos Dumont 2772, Aldeota, a quinta  
3 reunião ordinária do ano corrente, do Conselho Municipal de Habitação  
4 Popular de Fortaleza – COMHAP, com a seguinte pauta de discussão: Leitura  
5 e aprovação de atas de reuniões anteriores; Resolução sobre o Projeto de  
6 contenção de areia na comunidade do Serviluz; Projeto de Lei HIS; Informes.  
7 Participaram da reunião os conselheiros e conselheiras: sr. Adalfran Barreto  
8 Carneiro (Caixa Econômica), sr. Adeildo Cabral da Silva (CEFET), sr.  
9 Alexandre Araújo (UFC), sr. Alísio Santiago (Defesa Civil), sra. Anália Maria  
10 Saraiva Cavalcanti (SEMAS), sra. Francisca Claudia Sousa Guedes Barros  
11 (CMP), sr. Clausens Duarte (SINDUSCON), sr. Elizeu Francisco Rodrigues  
12 (FEARF), sr. Francisco Antonio Azevedo (MCP), sr. Francisco Elenilson  
13 Gomes do Nascimento (FBFF), sr. João da Cruz (Câmara de Vereadores), sr.  
14 José Maria Ferreira da Silva (CUT), sr. Marcelo Matos Brito Albuquerque  
15 (SEINF), sra. Maria Edite Silva (Gabinete), sra. Maria Gorete Fernandes  
16 Nogueira (FBFF), sra. Maria Selma de Castro Araújo (Caixa Econômica), sra.  
17 Norma Paula Moreira da Silva (Instituto Cidade), sr. Paulo César Miranda  
18 Lage (SDE), sra. Rogerlene Saraiva de Oliveira (SEMAS), sra. Maria  
19 Valdicélia Cavalcante Lopes (HABITAFOR), sr. Daniel (assessor da  
20 HABITAFOR) e a sra. Secretária Cineide Almeida. A reunião foi iniciada às  
21 quatorze horas e trinta minutos em segunda convocação e foi presidida pelo sr.  
22 Marcelo Albuquerque, que iniciou saudando aos presentes, informando a  
23 pauta: O primeiro ponto leitura e aprovação de atas, de número 04/2007 que  
24 foi aprovada pela plenária, em seguida foi feita a leitura da ata da reunião  
25 extraordinária de número 01/2007, que foi contestada pelo sr. Francisco  
26 Azevedo, o mesmo avaliou que a ata faltava com a verdade, distorcendo suas  
27 falas na reunião, e solicitou que as reuniões sejam gravadas para evitar tais  
28 fatos. A sra. Cineide Almeida perguntou ao sr. Francisco Azevedo qual ponto  
29 da ata estaria lhe causando descontentamento, como o mesmo não localizou  
30 no documento o ponto de sua divergência, a sra. Cineide retomou a palavra  
31 perguntando aos presentes se a ata poderia ser aprovada, por unanimidade o  
32 grupo acatou que sim.  
33 Em seguida o sr. Marcelo Albuquerque propôs passar para o segundo ponto da  
34 pauta, Resolução Sobre o Projeto de Contenção da Areia no Serviluz (doc.  
35 anexo), a resolução foi feita pelo técnico da HABITAFOR, sr. Belino, que  
36 esteve presente na reunião extraordinária, que no momento informou, que



37 estava construindo a resolução. A sra. Valdicelia fez a leitura da resolução.  
38 Durante a leitura do documento a sra Maria Gorete Fernandes solicitou a  
39 palavra para informar que juntamente com a conselheira Eliane Almeida  
40 (CMP), (ambas conselheiras do Conselho Nacional das Cidades) quando da  
41 participação na reunião do Conselho das Cidades as duas fizeram contato com  
42 a sra. Alexandra secretária do Patrimônio da União, a mesma assumiu o  
43 compromisso de fazer contato com a Gerencia Regional no Estado, no sentido  
44 de mediar as dificuldades existentes por parte da Gerencia local sobre a  
45 execução do Projeto no Serviluz. A conselheira fez leitura da resolução que  
46 deu entrada junto ao Conselho Nacional das Cidades, continuando sua fala  
47 avalia que a resolução deve ser mais política, fazendo referencia sobre o  
48 documento construído pelo sr. Belino, salientando estar muito técnico. O sr.  
49 Marcelo Albuquerque sugeriu que fosse encaminhado para um assessor  
50 jurídico da HABITAFOR, fazer a redação final, e que fosse apresentar para a  
51 Presidenta do Conselho, e posteriormente retornar para o colegiado. Por  
52 unanimidade a proposta foi aceita.

53 O sr. Alísio Santiago solicitou a palavra para retomar a questão da  
54 comunidade do Serviluz, informando que a Defesa Civil já esta desenvolvendo  
55 trabalhos no local desde julho, segundo ele, uma comissão da comunidade já  
56 estaria se reunindo com o órgão, fizeram levantamentos e colocaram lonas nas  
57 dunas como ação de emergência, o mesmo informou ainda que é uma ação  
58 conjunta com o Gabinete da Prefeita, EMLURB, DERT, SER II, Defesa Civil,  
59 Guarda Municipal, desenvolvem esforços para amenizar a situação na  
60 comunidade enquanto o Projeto não for concretizado. Informou também que o  
61 Secretário Rogério Pinheiro da SER II ficou de convocar uma ação  
62 emergencial. Ainda sobre o Projeto Serviluz a sra. Valdicelia Cavalcante  
63 informou que ate então não teriam a aprovação da GRPU, porque duas pessoas  
64 são contra, a sra. Maria Gorete Fernandes retomou a palavra e disse estar  
65 informada que já estão com dinheiro em caixa para começar as obras, e  
66 sugeriu que o conselho não ficasse esperando uma resposta, pois já estiveram  
67 lá antes, se referido a reunião recente realizada no dia 13 (treze) de Setembro,  
68 convocada pela GRPU, que segundo ela não acrescentou nada. A Sr.  
69 Valdicelia entreviu analisando que na referida reunião a intenção da GRPU era  
70 confundir, tentando colocar um projeto contra o outro, tendo em vista que a  
71 apresentação na GRPU foi feita pelo Prf. Geová, que também defende a  
72 mesma proposta da EMBRAPA. A sra. Maria Gorete Fernandes retomou a  
73 palavra e propôs que o conselho pedisse por escrito a GRPU, a ata da reunião,  
74 como também documento que realmente apresentasse justificativa contra a  
75 construção da obra. Disse ainda a conselheira que a Federação de Bairros e



76 Favelas de Fortaleza encaminhou um ofício colocando toda a responsabilidade  
77 no órgão, sugeriu que outras entidades fizessem o mesmo. O sr. Francisco  
78 Azevedo lembrou a importância em resgatar a tramitação do projeto, para que  
79 o Conselho não trabalhe com suposição. O sr. Cluasens sugeriu que o  
80 Conselho procurasse algum juiz pedindo uma providência, a sra. Cineide  
81 Almeida solicitou a palavra para esclarecer que, só caberia esta medida se  
82 houvesse um embargo da obra. O sr. Marcelo Albuquerque se colocou  
83 alertando os problemas de saúde das pessoas que residem no local, também  
84 chamou atenção para a especulação que ocorre naquela área. Em seguida  
85 encaminhou votação para que o conselho se dirija ao Gabinete e a SER II no  
86 sentido de iniciar de imediato a obra, tendo sido aprovado por unanimidade.  
87 A sra. Cineide Almeida solicitou a palavra para encaminhar a escolha de dois  
88 conselheiros para representar o COMHAP no Conselho do Orçamento  
89 Participativo. No qual foram eleitos: a sra. Valdicelia Cavalcante (dez votos)  
90 como titular e o sr. Francisco Azevedo (cinco votos) como seu suplente.  
91 Continuando com a pauta o sr. Marcelo Albuquerque passou para o próximo  
92 ponto, discussão da Lei HIS e passou a palavra para o sr. Daniel que fez a  
93 explanação do projeto de Lei de Habitação de Interesse Social (HIS), (doc.  
94 anexo) durante a apresentação alguns conselheiros fizeram intervenções, e um  
95 dos pontos que causou mais polemica foi a declaração do sr. Daniel de que o  
96 conselho não teria poder para interferir no processo de formatação da Lei,  
97 informando que quando a Lei iniciou o Conselho não existia nos tramites  
98 legais. Informou ainda que aconteceram dois grandes momentos com a  
99 população para a construção da Lei, um processo que segundo ele respalda a  
100 proposta hoje apresentada. O sr. Francisco Azevedo colocou que realmente é  
101 difícil ter posição tendo em vista a Lei tratar de uma extensão do Plano  
102 Diretor, o qual existe antes do Conselho, continuando o mesmo, avalia que,  
103 como agora o COMHAP existe, e a lei que formou o Conselho é a lei que  
104 trata de Habitação de Interesse Social, portanto, o Conselho teria sim o poder  
105 de intervenção. A sra. Maria Gorete Fernandes solicitou a palavra para sugerir  
106 que o Conselho continuasse estudando a lei dentro de suas comissões, e que o  
107 resultado das discussões fossem levadas aos responsáveis por sua aprovação.  
108 A sra. Valdicelia Cavalcante complementou sugerindo que as comissões  
109 encaminhe suas resoluções em forma de ofício.  
110 O sr. Clausens interviu colocando que fossem retomadas algumas deliberações  
111 que não foram adiante, como o placar da habitação, apresentação dos órgãos  
112 que tem hoje em execução e em fase de projeto. Em seguida o mesmo sugeriu  
113 alguns pontos de pauta para a próxima reunião, que fosse convocada a  
114 CAGECE, para tratar sobre a previsão do SANEAR e o PREURB, ficando



115 ainda que o Credito Solidário seria tratado dentro da Comissão de Políticas e  
116 Programas.

117 O sr. Marcelo Albuquerque deu seguimento a reunião e abriu para informes. A  
118 sra. Maria Gorete Fernandes informou que o Conselho Nacional da Cidade  
119 aprovou 30 (anos) para as famílias pagarem suas casas. O sr. Aloísio informou  
120 que estaria entrando para a gestão que seu suplente ocupará seu cargo no  
121 Conselho. O sr. Marcelo perguntou se mais alguém tinha alguma coisa a  
122 acrescentar e como ninguém se manifestou ele agradeceu a presença e  
123 encerrou a reunião. Eu Secretaria Cineide Almeida lavrei esta ata.